



FÓRUM JORNAL ECONÓMICO

Escritórios esperam mais trabalho com a crise e estão cautelosos sobre a retoma

Líderes das principais sociedades de advogados antecipam um aumento da atividade em áreas como reestruturações, insolvências, contencioso e M&A, entre outras, apesar da queda das receitas. E admitem fusões entre firmas.

FILIPE ALVES

falves@jornaleconomico.pt

As principais sociedades de advogados portuguesas mostram-se cautelosas face à evolução da economia nos próximos meses. A possibilidade de uma segunda vaga da pandemia e o fim das moratórias de crédito e do regime de lay-off constituem as principais incógnitas que vão ditar o ritmo da recuperação, segundo os líderes do setor ouvidos pelo Jornal Económico (ver Fórum nestas páginas). Mas uma coisa é certa: apesar de algum impacto nas receitas, a atual conjuntura deverá levar a um aumento do trabalho em áreas como as reestruturações de empresas, insolvências, fusões e aquisições (M&A), fiscal, contencioso e laboral, entre outras. Além de abrir a porta a movimentos de consolidação dentro do próprio setor da advocacia de negócios.

“Assim como os diferentes setores de actividade não foram afetados da mesma forma, tendo alguns setores, como o do turismo, sofrido um impacto tremendo, também é expectável que a rota e velocidade da retoma não seja igual para todos”, defendeu Maria João Ricou, *managing partner* da Cuatrecasas em Portugal.

“O que é razoável esperar é que na fase de retoma que se está a iniciar, independentemente dessas distinções, haja um acréscimo de atividade associada a reestruturações empresariais, que podem envolver várias áreas de prática”, adiantou.

Uma visão que é partilhada por Duarte de Athaide, *managing partner* da Abreu, espera um aumento do trabalho nas áreas de Reestruturação e Insolvência, entre outras.

“No que diz respeito ao impacto nas nossas áreas de atividade, eu diria que Direito do Trabalho e Reestruturação e Insolvência são áreas de prática têm vindo a sair reforçadas. Se numa primeira fase se procurava apoio para reagir a aspetos de gestão de Recursos Humanos, agora existe a necessidade

de preparar a estrutura e estabelecer planos de recuperação que sejam capazes de ultrapassar as adversidades”, disse o líder da Abreu.

Se algumas áreas terão mais trabalho devido à crise, outras deverão ser mais afetadas, nomeadamente aquelas que estão mais dependentes da realização de investimentos ou que necessitam de ter os tribunais a funcionar a 100%.

“Pre vemos que áreas como Imobiliário, Reestruturações e Insolvência e Público registem, até ao final do ano, uma retoma de atividade bastante intensa. Por outro lado, devido ao encerramento dos Tribunais durante a quarentena e com a sua reabertura, após interrupção para férias judiciais, prevemos um forte aumento de atividade na área de Contencioso para o último trimestre do ano”, disseram os sócios diretores da Uría Menéndez - Proença de Carvalho, António Villacampa Serrano e Bernardo Ayala.

Por sua vez, o *managing partner* da Vieira de Almeida (VdA) prevê que, no caso da firma que dirige, o facto de as equipas serem multidisciplinares permitirá amortecer o impacto da redução da atividade em algumas áreas, causada pelo confinamento e pela crise económica. “Os elevados graus de *cross-selling* e *cross-staffing* permitirão manter todas as áreas ativas”, defendeu João Vieira de Almeida. O líder da VdA considera que as

“O momento atual é ainda de expectativa para se aferir a dimensão e duração da contração económica, mas já há sinais de atividade de M&A e antecipamos que as operações regressem no quarto trimestre do ano”, disse Bruno Ferreira

áreas de prática mais ativas neste período serão a de “M&A, Reestruturações & Insolvência, Bancário & Financeiro, Público e Imobiliário”.

Uma visão que é partilhada por outros advogados ouvidos pelo JE, como José Luis Arnaut e Bruno Ferreira, *managing partner* e *co-managing partner* da CMS RPA e da PLMJ, respetivamente.

O líder da CMS RPA acredita que a área de M&A se vai destacar. “Estamos convictos que vão surgir oportunidades de negócio o que levará a uma dinamização da área de M&A em especial nos setores que estão a sofrer mais com a pandemia, como por exemplo, turismo e hotelaria”, disse Arnaut.

“O momento atual é ainda de expectativa para se aferir a dimensão e duração da contração económica mas já há sinais de atividade de M&A e antecipamos que as operações regressem no quarto trimestre do ano e com mais força em 2021”, defendeu, por sua vez, Bruno Ferreira.

Mais fusões entre firmas?

A crise abre também a porta a movimentos de consolidação entre os próprios escritórios de advogados.

“A conjuntura actual é propícia à fusão ou cisão entre escritórios de pequena e média dimensão à semelhança da operação da SRS com os AAA ou a movimentos de oferta de aquisição de escritórios internacionais a escritórios portugueses - momentos de crise são sempre bons para “ir às compras” - mas creio que a cultura empresarial portuguesa não é muito dada a movimentos de consolidação. Por vezes parece que preferimos continuar pequenos, mas manter a identidade do que arriscar evoluir para uma dimensão mais relevante”, defendeu a diretora geral da SRS, Paula Ferreira Borges.

“Estes movimentos poderão acontecer por outros fatores já existentes no sector jurídico, como a transformação digital ou a mudança de paradigma na forma como os serviços são prestados”, defendeu, por sua vez, o diretor geral da CCA, Jorge Machado. ●

1 QUAIS SÃO AS VOSSAS EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO À RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA DURANTE O QUE RESTA DE 2020 E EM 2021?

2 TEREMOS UMA RETOMA EM VÁRIAS VELOCIDADES, CONSOANTE OS SETORES DE ATIVIDADE? E SE SIM, QUAL O IMPACTO NAS DIFERENTES ÁREAS DE PRÁTICA DA SOCIEDADE?

3 QUE ÁREAS DEVERÃO TER MAIS ATIVIDADE, DEVIDO À ATUAL CONJUNTURA ECONÓMICA?

4 ESPERAM UM AUMENTO DA ATIVIDADE DE M&A, DEVIDO À NECESSIDADE DE CONSOLIDAÇÃO EM ALGUNS SETORES? SE SIM, EM QUAIS?

5 QUAL O IMPACTO ESPERADO DA CRISE NAS VOSSAS RECEITAS EM 2020, QUANDO COMPARADO COM 2019?

6 QUAL O IMPACTO DESTA CONJUNTURA NA VOSSA EQUIPA? VÃO REDUZIR, MANTER OU REFORÇAR A ATUAL ESTRUTURA?

7 A ATUAL CONJUNTURA PODERÁ LEVAR, EM VOSSA OPINIÃO, A MOVIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO ENTRE ESCRITÓRIOS?



MARIA JOÃO RICOU
Managing Partner
da Cuatrecasas em Portugal

1. É impossível antever neste momento a que ritmo se processará a recuperação da economia, desde logo porque a forma como a situação pandémica irá evoluir durante o resto de 2020 e em 2021 é uma variável fundamental que neste momento ninguém consegue determinar.

2. Assim como os diferentes setores de actividade não foram afectados da mesma forma, tendo alguns sectores, como o do turismo, sofrido um impacto tremendo, também é expectável que a rota e velocidade da retoma não seja igual para todos. Em geral, o que é razoável esperar é que na fase de retoma que se está a iniciar, independentemente dessas distinções, haja um acréscimo de actividade associada a reestruturações empresariais, que podem envolver várias áreas de prática como o Societário, Laboral, Financeiro, Fiscal e Contencioso, bem como de actividade associada a oportunidades de investimento em vários sectores, que terão impacto designadamente nas áreas de M&A, Imobiliário e Financeiro.

3. Ver resposta anterior.

4. Idem.

5. Estamos preparados para um impacto na taxa de crescimento que tínhamos definido como objectivo para este ano, que estava em linha com a nossa taxa de crescimento nos anos precedentes. A maior ou menor medida desse impacto na nossa curva de crescimento vai depender muito do comportamento ao longo do 2º semestre.

6. A nossa equipa não foi afectada sob nenhum ponto de vista – não fizemos qualquer reajuste quer no número de

advogados e colaboradores, quer nas respectivas condições, e mantivemos inalterados todos os processos de progressão na carreira, incluindo no que toca a promoções a sócio.

7. Admito que sim, em particular de pequena e média dimensão.



JOSÉ LUÍS ARNAUT
Managing partner da CMS Rui Pena & Arnaut, e Francisco Xavier de Almeida, sócio coordenador de Corporate and M&A

1. O fim da moratória dos bancos e do regime do lay-off pode trazer dificuldades acrescidas para as empresas. Por outro lado, é ainda incerto qual o efeito que um eventual surto de Covid-19 no segundo semestre de 2020 possa vir a ter na atividade económica. Os fundos comunitários que venham a ser alocados a Portugal terão um impacto neutralizador e serão essenciais para uma recuperação económica que esperamos que comece a acontecer em finais de 2021.

2. A pandemia não atingiu as empresas da mesma forma pelo que a retoma também acontecerá a várias velocidades consoante os setores. Tipicamente em situações de crise as áreas transacionais são as mais afetadas o que esperamos que não venha a acontecer neste caso porque estamos a assistir a um apetite dos investidores para aproveitar oportunidades de negócio que começam a surgir e porque continua a haver bastante liquidez disponível. As medidas governamentais que venham a ser adotadas a nível mundial serão essenciais para manter esta dinâmica.

3. Antecipamos um acréscimo de atividade nas áreas de contencioso, insolvência, recuperação e reestruturação de empresas, M&A e laboral.



Unsplash

de sectores onde o seu impacto positivo seja maximizado.

2. Olhando especificamente para as áreas de prática de uma sociedade, existem áreas que acabaram por não sofrer com a pandemia, exemplo disso é o Laboral e o Imobiliário que, devido à burocracia dos programas lançados, foram obrigados a prestar assessoria contínua aos clientes. Em períodos de contração económica, o que acabamos por verificar é que áreas como o contencioso são mais requisitadas. Diria que, na maioria dos casos, existe uma transformação do trabalho que é feito, de modo a colmatar as atuais necessidades dos clientes. Por outro lado, as áreas mais expostas a projetos com investimento estrangeiro e o turismo sofreram mais, e continuarão a sofrer, já que as restrições aéreas de alguns países europeus para Portugal ainda se mantêm. Estes bloqueios, bem como certas limitações internas que ainda vigoram em determinados sectores, atrasam ou, no mínimo, suspendem projetos em cursos, o que torna a retoma obrigatoriamente mais lenta.

3. Pelas razões supramencionadas, diria que o Laboral, Contencioso e Imobiliário.

4. É cedo para antecipar qualquer aumento da atividade de consolidação, uma vez que a forma dos apoios europeus é ainda uma incógnita. Neste momento, os empresários e decisores estão na expectativa, e apenas após a concretização destes apoios é que poderemos antecipar algum tipo de consolidação em determinados sectores específicos considerados não-estratégicos para os planos de apoio a serem injetados na economia.

5. O que geralmente verificamos, é uma sazonalidade no trabalho cujo pico é atingido na reta final do ano, o que poderá permitir antecipar um pouco a recuperação esperada de 2021. Mas ao manter-se o cenário atual, e devido aos efeitos da crise, prevemos uma redução de entre 5% a 10% nas receitas de 2020.

6. Não estamos a prever qualquer redução nas equipas, pelo contrário, neste momento estamos a reforçar algumas áreas estratégicas que estavam subdimensionadas.

7. Sim, é possível que esses movimentos de consolidação existam, contudo diria que, a acontecerem, não deverá ser exclusivamente devido à atual conjuntura - qualquer empresário/gestor em Portugal está habituado a situações adversas. Acredito que este tipo de movimentos poderá acontecer por outros fatores já existentes no sector jurídico, como a transformação digital ou a mudança de paradigma na forma como os serviços são prestados.



JORGE MACHADO
Diretor-geral
da CCA

1. A recuperação económica em 2020 deverá ser residual, uma vez que existem ainda muitas indefinições nos pacotes de ajuda da UE – por exemplo, como e quando estes valores serão injetados na economia -, pelo que acredito que para muitas empresas, este será um ano de sobrevivência e não de recuperação. O Estado tem aqui um papel fulcral na renovação dos programas e medidas de apoio, implementados nas empresas dos sectores mais afetados, como seja o lay-off simplificado ou a injeção na economia dos fundos europeus. O grande desafio será definir a correta aplicação do dinheiro que chegará a Portugal nos próximos anos, nomeadamente garantindo a priorização



BRUNO FERREIRA
Co Managing
Partner da PLMJ

1. A contração de 2020 vai ser seguramente violenta – as previsões apontam para um valor próximo dos

dois dígitos – e o crescimento que é estimado para 2021 está longe de compensar a travagem económica deste ano. Portugal está numa posição especialmente vulnerável, com os principais motores da economia praticamente parados – o Turismo e as exportações. O setor privado não tem confiança para investir e o mercado interno – já pouco pujante mesmo em ciclos económicos de crescimento - vai necessariamente travar a fundo, por via do aumento do desemprego e das perspetivas para a economia. A equação é difícil e a solução está assente quase exclusivamente numa resposta pública que, por sua vez, depende essencialmente de Bruxelas. Diria que é essencial que o cheque comunitário seja criteriosamente usado nos setores capazes de relançar efetivamente a economia, para que a recuperação seja mais ambiciosa do que aquela que se estima neste momento. - Bruno Ferreira, *co Managing Partner* da PLMJ.

2. Há setores que recuperarão mais depressa e há oportunidades geradas por esta crise. Antecipamos consolidações no setor financeiro, uma retoma do investimento imobiliário e um crescimento do investimento em alguns setores como o da Energia, que resulta da agenda europeia e nacional pró-descarbonização da Economia. Alinhado com este desígnio, setores como o da mobilidade e tecnológico, tenderão a recuperar mais rapidamente. Por serem setores capital intensive, animarão o investimento estrangeiro em Portugal, assim saibamos criar as condições regulatórias, jurídicas e políticas para o captar. Outros setores, como o Turismo e atividades eminentemente exportadoras, levarão o seu tempo a recuperar e estão naturalmente muito vulneráveis ao desenrolar do contexto da pandemia.

Em termos de áreas de prática, diria que o dinamismo virá, por razões óbvias, da área de Laboral, Insolvências e Reestruturações, mas também Corporate M&A e Bancário e Financeiro.

3. Certamente que a área de Insolvências e Reestruturações será uma das mais ativas e já temos sinais disso. O contexto atual foi fatal para muitas empresas com tesourarias mais vulneráveis e mesmo para empresas que, sendo sólidas há seis meses, não terão condições para retomar a atividade quando o contexto da pandemia passar. Basta pensar no setor do Turismo, por exemplo. Está a ser um grande teste ao nosso setor empresarial e temos visto muitas empresas a terem de se reinventar de um momento para o outro, o que implica uma grande adaptação da sua estrutura produtiva e modelo de negócio e, nessa medida, a segunda metade de 2020 e 2021 serão um período de profundas reestruturações.

Bancário e Financeiro e Mercado de Capitais são áreas onde também já estamos muito ativos e que tenderão a crescer nos próximos meses, a acompanhar as necessidades de capitalização das empresas que procuram alternativas ao crédito para financiarem a sua atividade. As medidas de resposta à crise trarão também consigo atividade adicional, em particular ao nível do trabalho

relacionado com projetos e infraestruturas.

4. Do lado do capital, o contexto é claramente favorável: não só estamos num contexto de crédito muito barato, num ambiente de taxas de juro extremamente baixas e que assim se manterão no médio prazo por força da violenta contração económica mundial, como existe muita liquidez no mercado, tanto em fundos de private equity, como nas grandes empresas. O momento atual é ainda de expectativa para se aferir a dimensão e duração da contração económica mas já há sinais de atividade de M&A e antecipamos que as operações regressem no quarto trimestre do ano e com mais força em 2021.

Estamos sempre a falar de empresas-alvo que são económica e operacionalmente viáveis mas que estão financeiramente vulneráveis, justamente por causa do impacto da travagem económica na sua tesouraria. É para estas empresas que os fundos estão a olhar. As que já chegaram a esta crise operacionalmente equilibradas, nestes casos estaremos a falar de um aumento das insolvências.

Em termos de setores, vemos oportunidades nos setores mais afetados pelo atual contexto - aviação, turismo e comércio – e naqueles que merecem a fatia de leão do investimento público, nomeadamente Energia e Mobilidade.

5. 2019 foi o melhor ano de sempre da PLMJ e, a meio de 2020, os sinais não são negativos. Naturalmente que estamos preparados para impactos negativos do atual contexto e implementámos um plano de gestão prudente para fazer face a um contexto mais adverso. A verdade é que algumas das medidas que anunciámos no início desta pandemia – nomeadamente o adiamento do pagamento de uma parte dos prémios aos advogados - já foram revertidas porque os nossos piores cenários não se materializaram e estamos confiantes de que 2020 será um ano tão forte quanto 2019.

6. A PLMJ tem estado a reforçar equipas e a redução de pessoas por via do atual contexto nunca foi equacionada como medida de redução de custos. Pelo contrário, temos vindo a avançar com as progressões nas carreiras dos nossos advogados e a contratar talento no mercado e esse caminho é para continuar. Até ao final do ano teremos novos sócios, vamos receber 30 advogados estagiários e continuar a reforçar a nossa equipa de advogados e serviços com o melhor talento do mercado.

7. É possível que essa consolidação aconteça, sendo mais provável que aconteça entre sociedades que não integram o chamado Magic Triangle (PLMJ, ML e VdA), em particular com escritórios de menor dimensão que poderão sofrer mais com o eventual aperto resultante da crise. Dito isto, hoje estamos especialmente apetrechados para fazer o nosso crescimento e consolidação assentarem em duas vias: a aposta contínua no talento das nossas equipas internas hoje muito robustas e, paralelamente, olhamos para talento que está disponível no mercado, que aporta real valor à nossa estratégia de longo prazo e, se se justificar, somá-lo à nossa equipa.



ID: 87839809

31-07-2020



ANTONIO VILLACAMPA
Sócio diretor do escritório de Lisboa da Uría Menéndez - Proença de Carvalho



JOÃO VIEIRA DE ALMEIDA
Managing partner da Vieira de Almeida (VdA)



DUARTE DE ATHAYDE
Managing partner da Abreu Advogados



BERNARDO AYALA
Sócio diretor do escritório de Lisboa da Uría Menéndez - Proença de Carvalho

1. A recuperação da economia será lenta e gradual. Seguramente verificaremos a partir de setembro um aumento da intensidade da atividade económica. Não é possível ainda ter visibilidade da situação económica para 2021.

2. Prevemos que áreas como Imobiliário, Reestruturações e Insolvência e Público registem, até ao final do ano, uma retoma de atividade bastante intensa. Por outro lado, devido ao encerramento dos Tribunais durante a quarentena e com a sua reabertura, após interrupção para férias judiciais, prevemos um forte aumento de atividade na área de Contencioso para o último trimestre do ano.

3. Como mencionávamos na questão anterior prevemos que as áreas de Imobiliário, Reestruturações, Público e Contencioso registem um aumento gradual de atividade, da mesma forma que as operações de M&A poderão ter um aumento derivado de movimentos de consolidação ou de operações oportunistas pelos investidores.

4. Sim, claramente no sector Bancário e Financeiro. E porventura também noutros setores, dependendo do modo como as circunstâncias evoluírem nos próximos meses.

5. Ainda é cedo para avaliar, mas apesar de tudo, continuamos otimistas com o desempenho do escritório até ao final do ano.

6. O escritório de Lisboa mantém a sua política inalterada: incorporaremos em setembro um número de estagiários em linha com os anos anteriores. O recrutamento de base continua a ser para nós uma prioridade e um momento-chave em cada ano.

7. Já é sabido que sim, que isso sucederá. Não é, contudo, movimento que nos impacte diretamente.

1. O grau de incerteza é ainda muito elevado. Mas antecipamos um resto de ano muito desafiante, com o início da recuperação no primeiro semestre de 2021.

2. Sim. Haverá, como é normal numa crise, práticas a diferentes velocidades. No entanto, os elevados graus de *cross-selling* e *cross-staffing* permitirão manter todas as áreas ativas.

3. As práticas de M&A, Reestruturações & Insolvência, Bancário & Financeiro, Público e Imobiliário.

4. Sim. Turismo e energia, por exemplo. São setores em que o impacto da crise se fará sentir com particular incidência, pelo que haverá oportunidades de investimento.

5. Ainda é cedo para uma estimativa fiável. O último trimestre será decisivo.

6. Estamos atentos ao mercado, há áreas que vão ter mais dinamismo... Acabámos de reforçar, com a criação de uma prática dedicada de Reestruturações & Insolvência e a consequente contratação de uma Sócia, a Filipa Cotta, para a liderar. Não tentamos reduzir a equipa.

7. Sim, embora se trate de um setor em que a consolidação é sempre particularmente difícil, com a necessidade de ajustamento de diferentes culturas, modelos de negócio e personalidades. A criação de sinergias não é óbvia e a integração é sempre muito exigente.



PAULA FERREIRA BORGES
Directora-Geral da SRS

1. Creio que não podemos ter expectativas muito diferentes das que todos os analistas mundiais têm vindo a apresentar: o impacto da pandemia trazida pelo vírus Covid-19 na economia global deverá gerar a maior recessão dos últimos 40 anos e Portugal, que já tem uma saúde económica débil, não escapará imune. Mas também sabemos que as crises são, simultaneamente, momentos de oportunidade para alguns e é do lado das oportunidades que a SRS tentará sempre posicionar-se.

2. Sim, as recessões nunca afectam todos os sectores económicos da mesma forma. Como digo acima o

que é catastrófico para uns pode ser uma "oportunidade de ouro" para outros e todos nós temos constatado essa realidade: enquanto p. ex., o sector do Turismo e Restauração sofreu uma quebra muito relevante, o sector das Tecnologias de Informação e Telecomunicações regista números de crescimento notáveis. Da mesma forma, o impacto da pandemia na actividade da SRS também é sentido de forma diversa: por exemplo, é normal neste contexto que as áreas mais transacionais (M&A e Financeiro) registem algum abrandamento, mas por outro lado temos a área Laboral com muito trabalho a apoiar os Clientes na adaptação de novas formas de trabalho, na candidatura às iniciativas de apoio à manutenção dos Postos de Trabalho (Layoff Simplificado, etc...) e em muitas Reestruturações que entretanto se tornaram inevitáveis.

3. Além das que já referimos acima, as áreas de Contencioso, Direito Europeu e Concorrência, Imobiliário e Planeamento Fiscal registam uma procura de serviços que continua a ser relevante.

4. É difícil de prever, tanto mais que a resposta do mercado vai muitas vezes no sentido contrario àquilo que seria expectável (veja-se o caso da Banca em Portugal, há tantos anos referido como um sector que inevitavelmente teria de consolidar e no entanto...). Por outro lado, estamos também expectantes quanto ao relançamento da economia europeia com o "empurrão" decorrente do "Plano de Recuperação da Europa", comunicado no passado dia 21 de julho e que encaminhará para Portugal 45 mil milhões de Euros.

5. Temos uma estimativa de um crescimento discreto nas receitas, face a 2019.

6. A estratégia da SRS tem sido a de procurar manter a estabilidade na sua Equipa, neste período que vivemos de maior incerteza, pois acreditamos que é precisamente nestas alturas que é fundamental mostrar aos colaboradores que contam com a Sociedade; acreditamos que daqui resultará um espírito de corpo ainda mais reforçado no momento seguinte.

Paralelamente, a SRS pretende continuar a crescer e já é publica desde o dia 20 de junho a decisão de incorporação da Sociedade AAA na SRS, com efeitos já no dia 1 de setembro.

Importa contudo referir que não somos de todo imprudentes e para manter a estabilidade da nossa equipa sem degradar a tesouraria da sociedade, aprovámos em março um conjunto de medidas de contenção da despesa, designadamente a cativação das remunerações dos Sócios e da DG.

7. A conjuntura actual é propícia à fusão ou cisão entre escritórios de pequena/média dimensão à semelhança da operação da SRS com os AAA ou eventualmente a movimentos de oferta de aquisição de escritórios internacionais a escritórios portugueses (momentos de crise são sempre bons para "ir às compras") mas creio que a cultura empresarial portuguesa não é muito dada a movimentos de consolidação. Por vezes parece que preferimos continuar pequenos, mas manter a identidade do que arriscar evoluir para uma dimensão mais relevante.

1. A incerteza relativamente ao futuro não tem gerado grande confiança por parte dos mercados e do investimento. Por isso, o cenário de recuperação que podemos projetar para esta segunda metade de 2020, não é animador. Acreditamos que no último semestre do ano a recessão vai ter um impacto bem mais significativo, sendo que o interesse dos investidores será uma das áreas mais afetadas.

2. Sim, acho que é indiscutível que esta crise está e vai continuar a ser especialmente impactante em determinados setores com um peso importante na economia nacional, como a hotelaria, as viagens ou o turismo. (...) No que diz respeito ao impacto nas nossas áreas de atividade, eu diria que Direito do Trabalho e Reestruturação e Insolvência são áreas de prática têm vindo a sair reforçadas.

Se numa primeira fase se procurava apoio para reagir a aspetos de gestão de Recursos Humanos, agora existe a necessidade de preparar a estrutura e estabelecer planos de recuperação que sejam capazes de ultrapassar as adversidades.

3. Direito do Trabalho, Direito Financeiro, Reestruturação e Insolvência, Imobiliário e Propriedade Intelectual e Tecnologias de Informação serão provavelmente das áreas com mais atividade neste contexto.

4. Sim, o *timing* e a forma de recuperação da atividade de M&A ainda é incerto, apesar dos números mostrarem alguma retração da atividade, há algumas oportunidades de consolidação que se estão a verificar. A prioridade agora é o reajustamento dos investimentos.

5. A Abreu Advogados teve um ano de 2019 excepcional em quase todos os seus indicadores, fruto de um crescimento que tem vindo a ser consolidado aos longos dos anos, mas os efeitos da crise são e serão inevitáveis. Apesar da necessidade dos escritórios de advogados entenderem os desafios e novas realidades e apoiar os seus clientes na definição estratégica e sustentável dos seus negócios, a verdade é que a crise irá ter impacto nos pagamentos, sendo de esperar um efeito nas receitas.

6. Neste momento a Abreu Advogados está dedicada a enfrentar os desafios atuais e a ajudar os nossos clientes na sustentabilidade dos seus negócios, não temos intenções de reduzir e para já a perspectiva poderá ser o reajuste, sem representar a redução.

7. A atual conjuntura vai conduzir muitos escritórios de prática individual a momentos de dificuldade. Deveremos assistir a fusões de pequenas boutiques, mas certamente todas as médias e grandes sociedades vão sentir a crise, a qual se repercutirá em receitas menos expressivas em 2020.



ifthenpay Referências Multibanco para a sua empresa
www.ifthenpay.com

ET CETERA
'Chefs' contra a pandemia
Apesar da crise e das incertezas, o setor da restauração de autor está a viver um momento dinâmico, em Lisboa, Porto e no interior. Inaugurações, novas parcerias, novos serviços são chave. **P6 e 7**

Nº 2052 | 31 julho 2020

O Jornal Económico
www.jornaleconomico.pt

Diretor Filipe Alves | **Diretor Adjunto** Shrikesh Laxmidas | **Subdiretor** Leonardo Ralha
Diretor de Arte Mário Malhão | **Preço** €3,20 (continente) | Semanário, sai às sextas

ENTREVISTA

“Espuma mediática ilude e disfarça” responsabilidades na venda do Novo Banco

Eduardo Catroga diz que polémica sobre Novo Banco serve para disfarçar eventuais responsabilidades do Governo, BdP e Bruxelas no modelo de venda ao Lone Star. Numa longa entrevista, ex-ministro das Finanças aborda a escolha de Centeno para governador, o plano de Costa e Silva, a TAP, a Efacec, a reindustrialização e a eventual recondução de Mexia na EDP. “Os acionistas sabem que as acusações são infundadas”, diz. **● P4**

Santander prepara-se para aumento do malparado após fim das moratórias

Em entrevista, CEO do banco admite subida do incumprimento no crédito a partir de março de 2021. “É natural que isso venha a acontecer, mas estamos preparados”, diz Pedro Castro e Almeida. Lucro do semestre cai 37% para 173 milhões. **● P20**

INTERNACIONAL
“Ajuda externa tem de evitar o colapso de países vulneráveis” **● P16**



Ulisses Correia e Silva
Primeiro Ministro de Cabo Verde

Auditoria da Deloitte ao BES/NB só será entregue no próximo mês

António Costa garantiu que a auditoria à gestão do BES e do Novo Banco entre 2000 e 2018 seria entregue hoje, mas ao que o JE apurou haverá apenas uma versão preliminar. Relatório completo será entregue até ao fim de agosto. **● P10**

FINANÇAS PÚBLICAS
Analistas vêm como “otimista” a projeção de Leão para défice público de 7% este ano **● P8**

PRIVATIZAÇÃO
Par pública contrata Haitong, SRS e EY para ajudar a vender Efacec **● Última**

FÓRUM ADVISORY
Líderes das maiores sociedades de advogados revelam previsões para retoma **● P28**

AVIAÇÃO
Reestruturação da TAP passa por BCG ou McKinsey. Novo CEO é Ramiro Sequeira **● P3**

A SAÚDE ESTÁ CÁ DENTRO
Revista **saúde notícias**

BAROMETRO EY
EY Building a better working world
ey.com
Página 27